

Newton está apressado com reforma

Antes de almoçar com o presidente Sarney, ontem, no Palácio da Alvorada, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, afirmou que o governo precisa adotar medidas urgentes e radicais na questão da reforma ministerial. Sobre a atuação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ele disse que "o ministro não está dando conta da empreitada" e como está causando inquietude na economia nacional "é preciso que o presidente Sarney faça com urgência a reforma ministerial".

O governador Newton Cardoso chegou às 11 horas no aeroporto e seguiu para o escritório da representação do governo de Minas Gerais, em Brasília, acompanhado dos deputados mineiros Sílvio de Azevedo, Aluísio de Vasconcelos, José Geraldo Ribeiro, Israel Pinheiro, o senador Alfredo Campos e mais alguns assessores.

Ainda no avião o governador Newton Cardoso decidiu demitir por justa causa o funcionário Mozart Máximo, da coordenação estadual de defesa civil, acusado de participar do assassinato de uma criança de 10 anos, ocorrido no último domingo, durante um tiroteio entre policiais e assaltantes. Ao chegar ao escritório da representação, a primeira atitude de um dos seus assessores foi ligar para a defesa civil em Belo Horizonte e comunicar a demissão do funcionário.

Sigilo

Ser visto ao lado do presidente Sarney, no cargo presidencial, ao deixar o Palácio da Alvorada, onde teve um almoço que durou uma hora e meia, foi o máximo que o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, permitiu, ontem, depois do encontro com o chefe da Nação.

Sorridentes, sentados lado a lado, o presidente e o governador acenaram para os jornalistas que os esperavam à saída do Palácio do Planalto, para onde seguiu o carro do presidente Sarney, Newton Cardoso não chegou a entrar no prédio. Na entrada privativa, despediu-se do presidente e passou para o seu carro que vinha logo atrás, e saiu também em velocidade.

O Palácio do Planalto tratou o encontro com todo sigilo. O porta-voz da presidência da República, Antônio Frota Neto, depois de muita insistência dos jornalistas, limitou-se a afirmar que "o que foi discutido entre o presidente e o governador ficou entre eles". E acrescentou: "O presidente não me informou sobre o tema abordado".

Moreira é chamado ao Planalto

Rio — O governador do Rio, Moreira Franco, foi chamado a Brasília para uma reunião na próxima quarta-feira, dia 14, com o presidente José Sarney. Será a primeira consequência do encontro desta semana dos governadores de São Paulo, Rio, Minas e Mato Grosso do Sul.

Ontem, no Palácio Guanabara, os assessores mais categorizados de Moreira Franco não só garantiram que continuam excelentes as relações dele com Sarney, como afirmam de que tudo o que foi discutido na reunião de São Paulo "estava em consonância com os interesses do Governo Federal".

Para o governador fluminense, segundo seus assessores, o que aconteceu é que a imprensa preferiu regionalizar os assuntos discutidos na reunião, principalmente dando ênfase às disputas de Orestes Quêrcia e Newton Cardoso por espaços no Governo Federal.

Liberdade

O governador Max Mauro, comentando a decisão dos governadores do Rio, Minas e de São Paulo que solicitaram ao presidente José Sarney a mudança do atual ministério, disse que o Presidente da República deve ter "liberdade total" para mudar ou não seu ministério. Disse também que se o presidente Sarney decidir pela mudança ele deve estar livre para escolher os nomes que consideram de sua confiança. Na opinião de Max Mauro, a escolha dos ministros é de competência do Presidente.

Relator da comissão proporrá quatro anos

Se depender do relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (RS), o presidente José Sarney cumprirá apenas quatro dos seis anos do seu mandato, caso seja mantido o sistema presidencialista. No entanto, se a Constituinte optar pelo parlamentarismo, o senador pelo Rio Grande do Sul fixará em cinco anos o mandato do chefe do Executivo em seu parecer, que será apresentado dentro de 30 dias, no máximo.

O senador José Fogaça defende, porém, a antecipação da definição da duração do mandato do presidente da República, através de uma manifestação formal da convenção nacional do PMDB. Conforme o parlamentar, aguardar que a Constituinte venha a se manifestar sobre o assunto "é apostar na crise". Ao passo que uma declaração partidária, a nível de convenção e não de cúpula, dará ao presidente Sarney as garantias de que necessita para negociar a dívida externa brasileira, frisou.

Caso o PMDB, através de deliberação da convenção nacional, da qual participam todos os constituintes do par-



tido, venha a se fixar num mandato de seis ou de cinco anos, sem alteração do regime de governo, o relator da Subcomissão do Poder Executivo disse que acatará em seu parecer a deliberação a despeito de suas opiniões pessoais.

Cassação

Se a Assembleia Nacional Constituinte quiser alterar a duração do mandato do presidente Sarney, estabelecida pela atual Constituição em seis anos, terá de convocar simultaneamente eleições gerais, em todos os níveis, reduzindo também os mandatos de vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e governadores. O

posicionamento foi sustentado ontem em Porto Alegre, pelo líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli (RS), que ressaltou que a redução apenas do mandato do presidente significaria «uma cassação, uma discriminação. Seria uma posição ética insustentável, que não teria como ser defendida perante a opinião pública».

Para o líder do PFL, a duração de todos os mandatos é, na realidade, «intocável», pois se constitui em ato jurídico perfeito, consolidado por legislação existente antes da promulgação da Nova Constituição. A Assembleia Constituinte, segundo Chiarelli, deve estabelecer as normas para o futuro, respeitando os mandatos em curso. Mas, se os constituintes decidiram reduzir o mandato do presidente Sarney, convocando eleições, por exemplo, para 1988, necessariamente deverão reduzir seus próprios mandatos, como deputados federais e senadores, e também os dos governadores e deputados estaduais, asseverou. No caso de eleições em novembro de 1988, coincidiriam com a escolha já prevista dos novos prefeitos e vereadores.

Sarney Filho defende tese presidencialista

Apenas dois dias após o presidente José Sarney ter admitido que a Constituinte caminha para implantar o parlamentarismo no Brasil, o seu filho, deputado Sarney Filho (PFL-MA) defendeu ontem da tribuna o sistema presidencialista, porque «não temos instituições consolidadas no país para a implantação do parlamentarismo».

O discurso de Sarney Filho foi prestigiado pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que deixou seu gabinete e se dirigiu para o plenário especialmente para ouvi-lo. No entanto, só estavam presentes 12 constituintes e, como o discurso foi muito longo, ultrapassando os 20 minutos a que tinha direito, o deputado Sarney Filho não concedeu apertés.

Em seu pronunciamento, disse: «Não vejo maior utilidade em alterarmos esse regime. Tivemos a experiência do parlamentarismo no Império e tentamos reeditá-lo após os acontecimentos de 1961. Não creio sejam modelos a seguir. Sem entrar no debate sobre as vantagens ou desvantagens do regime parlamentarista, creio que, para um país como o nosso,

em fase de desenvolvimento material intenso, a ação mais rápida e mais operante do presidente da República é a mais adequada».

Tratar do assunto na mesma semana em que o presidente Sarney admitiu que a implantação do parlamentarismo será inevitável no país porque mais de 60% dos constituintes o desejam, foi apenas «uma coincidência», disse o deputado, porque «o discurso já estava pronto e relaciona o meu pensamento e a minha linha de atuação na Constituinte».

O deputado vai defender a elaboração de uma Constituição sintética e pretende atuar com mais ênfase na questão do meio ambiente, reforma agrária, reforma tributária, e a proibição do Brasil fabricar artefatos bélicos nucleares. Sobre distribuição de renda, o deputado Sarney Filho quer garantir «ao Norte e Nordeste os recursos orçamentários que possibilitem a sua ascensão aos níveis das regiões mais ricas no país», pregando uma tributação diferenciada para essas regiões. Quer ainda «a garantia do tratamento isonômico na tributação da renda, tornando-a suportável pelas classes de

menor capacidade contributiva».

Sobre meio ambiente, defende a inclusão, na Constituição, de «dispositivo que considera dever de todos e do Estado proceder a preservação e recuperação do meio ambiente». Defende ainda a criação dos juízes especializados em questões agrárias, porque «a questão agrária envolve o domínio e a posse da terra, sua distribuição, sua utilização, sua proteção».

O parlamentar deixou claro que não é contra a propriedade de terras, mas distingue o domínio delas em duas classes: o dos senhores de terras e os dos proprietários. Estes vêm na terra o objetivo do seu trabalho e a fonte de sua produção, o apoio de sua contribuição à renda nacional. Aqueles detêm a terra apenas como suporte do poder político».

De forma original, o deputado Sarney Filho encerrou seu pronunciamento citando os versos da «Canção do novo mundo», de Beto Guedes e Ronaldo Bastos, lembrando que «quem perdeu o trem da história por querer/saiu do juízo sem saber/foi mais um covarde a se esconder/diante de um novo mundo».

Prazo para sugestões é prorrogado

Josemar Gonçalves

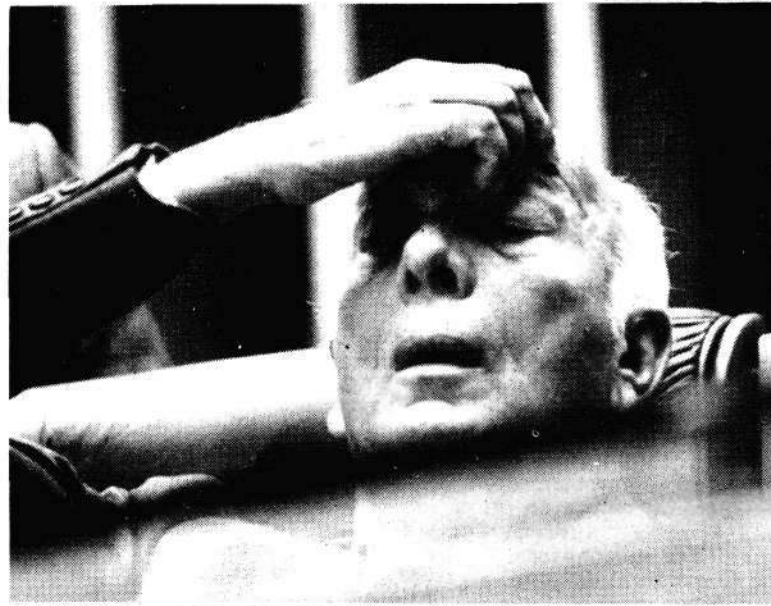
As assembleias legislativas, câmaras de vereadores, tribunais e entidades representativas de segmentos da sociedade — clubes, sindicatos, associações de classe ou de moradores — terão até o dia 1º de junho, portanto 50 dias, para apresentar sugestões ao texto da futura Constituição.

A dilatação do prazo, que facilita a participação popular na Constituinte, é consequência de interpretação do regimento interno feita pelo presidente Ulysses Guimarães durante reunião com todos os presidentes e relatores das 8 comissões e 24 subcomissões temáticas em que se dividiu a assembleia, para executar seu trabalho de formulação do projeto.

De acordo com interpretação anterior, esse prazo terminaria no próximo dia 23, simultaneamente àquele do qual dispõem os próprios constituintes para realizar idêntico trabalho. Mas há outras mudanças.

As reuniões plenárias da Assembleia Nacional Constituinte — que se realizam de terça a quinta-feira, das 14h30 às 18h30 serão suspensas às 17 horas, para que as subcomissões possam se reunir extraordinariamente, a partir dessa hora, ampliando seu prazo para discussão das matérias constitucionais. Esta proposta dos relatores, que não implica em alterações regimentais, é a única com a qual concorda o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disposto a impedir a prorrogação do prazo dos trabalhos.

— Estão todos pressionando por um prazo maior. Mas só posso remanejar a distribuição interna dos dias, dentro dos parâmetros do regimento, dan-



Ulysses quer a Constituição pronta até 15 de novembro

do mais tempo ao trabalho dos relatores. Não podemos ampliar o prazo de funcionamento da Constituinte. Vamos fazer uma Constituição até 15 de novembro ou, de qualquer maneira, até o final deste ano.

Não há consenso entre os relatores das comissões e subcomissões. Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), relator da Subcomissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária (comissão da Ordem Econômica) defende a ampliação do prazo final em 40 dias. Ele alega que os 28 dias úteis que a Constituinte tem para trabalhar dificultarão a análise das matérias e as composições políticas, a cargo dos relatores.

José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finan-

ças, ao contrário, considera necessário apenas um remanejamento dos prazos internos. Pelo regimento da Constituinte, os relatores das subcomissões têm prazo até 25 de maio para apresentar seu anteprojeto à comissão temática, que, por sua vez, deverá encaminhar seu projeto à comissão de sistematização até 15 de junho.

Isto significa 65 dias, a partir de hoje. Deste, no entanto, 20 caem em fins de semana, e quatro em feriados. Restariam 42 dias úteis, mas seis são reservados à publicação de avulsos e oito a votações. Ao final, sobrariam aos constituintes, 28 dias úteis para discutir as matérias constitucionais, até que cheguem em forma de projeto na comissão de sistematização, responsável pela elaboração final da carta.